

ANEXO I do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

MINUTA DE OFÍCIO DE FORMALIZAÇÃO DO INTERESSE NA CHAMADA PÚBLICA

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx)

Ilmº. Sr.

Naidison de Quintella Baptista

MD. Presidente da Associação Programa Um Milhão de Cisterna para o Sem-Árido (AP1MC)

Assunto: Apresentação de proposta p/o Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para apreciação da Comissão Especial de Seleção de Chamada Pública, os seguintes documentos:

1. *Envelope nº 01, contendo os documentos necessários para a Habilitação da(nome da Entidade), inscrita no CNPJ.MF sob nº*
2. *Envelope nº 02, contendo os documentos necessários para a Classificação da(nome da Entidade), inscrita no CNPJ.MF sob nº*

O envio dos documentos acima relacionados caracteriza a manifestação de interesse da nossa entidade em participar do Edital de Chamada Pública em epígrafe, disputando o Lote _____.

Esperamos ter o privilégio de participar desse projeto, contribuindo para que mais famílias do Semiárido brasileiro possam conquistar o direito de acesso à água para produção de alimentos.

Atenciosamente,

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)



ANEXO II do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DA PROPONENTE

I – Dados Cadastrais					
CNPJ.MF:					
Denominação Social:					
Endereço:					
Bairro:			Município:		
UF:		Telefone (s):			
Representante Legal:					
e-mail:					
Alíquota de ISS que a entidade estar sujeita: % ou () Isenta/Imune					
II - Lote de Interesse: _____					
III - Experiências da Entidade					
a) Relacionar os projetos já executados ou em execução pela Entidade tendo como objeto a implementação de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos					
Programa/Projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Famílias atendidas
Projeto A	Descrição Y			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
b) Relacionar os projetos já executados ou em execução pela entidade relativos a ações de desenvolvimento rural ou segurança alimentar e nutricional					
Programa/Projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Famílias atendidas
Projeto B	Descrição Z			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)

14



ANEXO III do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DE DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome da Entidade:
CNPJ.MF nº.

Relação de Dirigentes:

1. Nome completo:
Cargo:
CPF.MF nº.

2. Nome completo:
Cargo:
CPF.MF nº.

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)



ANEXO IV do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA COM O PODER PÚBLICO E DE INSCRIÇÃO NOS BANCOS DE DADOS PÚBLICOS E PROTEÇÃO AO CRÉDITO

Eu, (nome do(a) dirigente, por extenso), portador da Carteira de Identidade RG nº _____, órgão expedidor, CPF.MF. nº _____, ocupante do (cargo/função) da (nome da Entidade), inscrita no CNPJ.MF nº _____, sediada à (endereço completo), DECLARO, sob as penas do art. 299 do Código Penal, e conforme o que determina o art. 18, inciso III, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 maio de 2008, que esta Entidade não tem nenhuma dívida com o Poder Público, nem se encontra inscrita nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito.

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)



ANEXO V do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

**DECLARAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM PARLAMENTARES
FEDERAIS**

A (nome da entidade), entidade de direito privado, com fins não econômicos, com sede na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, (se for OSCIP também qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme consta do Processo MJ nº XXXXXXXXXXXX e do despacho do Secretário Nacional de Justiça, de data), neste ato representada por seu(a) representante legal, Sr(a). (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) da carteira de identidade RG nº xxxxxxxx, inscrito(a) no CPF.MF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, declara à ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMEIÁRIO – AP1MC, que não possui qualquer vínculo com Deputado(a) Federal, nem Senador(a) diplomado(a) ou empossado(a), de modo que se possa identificar que a (nome ou sigla da entidade) é pessoa interposta do referido parlamentar, não se configurando as vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II.

O(a) representante legal da declarante está ciente de que a existência de qualquer vínculo de Deputado(a) Federal ou Senador(a), nas condições acima referidas, impedirá a Beneficiária de celebrar contrato com a ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMEIÁRIO – AP1MC. Está igualmente ciente de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)



ANEXO VI do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

DECLARAÇÃO SOBRE ESTADO DE SOLVABILIDADE DA ENTIDADE

A (nome da entidade), entidade de direito privado, com fins não econômicos, com sede na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, **(se for OSCIP também qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme consta do Processo MJ nº XXXXXXXXXXXX e do despacho do Secretário Nacional de Justiça, de data)**, neste ato representada por seu(a) representante legal, Sr(a). (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador da carteira de identidade RG nº xxxxxxxx, inscrito(a) no CPF.MF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, declara à ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO – AP1MC, que inexistem contra si ações judiciais em curso, bem como títulos protestados ou débitos de natureza fiscal, de âmbito estadual ou municipal, que comprometam ou possam vir a comprometer seu estado de solvabilidade ou, de qualquer modo, restringir sua capacidade de pagamento.

O(a) representante legal da declarante está ciente de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)



ANEXO VII do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

DECLARAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS ENVOLVENDO ADMINISTRADORES, EMPREGADOS, MANDATÁRIOS OU REPRESENTANTE DA POSTULANTE

A (nome da entidade), entidade de direito privado, com fins não econômicos, com sede na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, **(se for OSCIP também qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme consta do Processo MJ nº XXXXXXXXXE do despacho do Secretário Nacional de Justiça, de data)**, neste ato representada por seu(a) representante legal, Sr(a). (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) da carteira de identidade RG nº xxxxxxxx, inscrito(a) no CPF.MF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, declara à ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMEÍÁRIO – AP1MC que:

I – são dirigentes da POSTULANTE as pessoas a seguir qualificadas:

- a) (nome)(cargo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (endereço residencial completo), inscrito no CPF.MF nº, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº, expedida pela (o)
- b)

II – não é do seu conhecimento, a existência de suposta prática de atos ilícitos envolvendo qualquer dos respectivos administradores, nem dos empregados, mandatários ou representante da Postulante;

III - nem ela, nem, no seu melhor conhecimento, qualquer das pessoas qualificadas no inciso I são signatárias de acordo de leniência, de colaboração premiada, termo de ajustamento de conduta ou instrumento similar com autoridade administrativa ou judicial, nacional ou estrangeira, pela prática dos seguintes atos:

a) atos lesivos ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;

b) atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente.



IV - inexistente decisão condenatória administrativa ou judicial apta a produzir efeitos, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos creditícios, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei, ou ainda, processo administrativo ou judicial, que seja de seu conhecimento, e que, em sobrevivendo condenação, possa importar nas mesmas proibições;

V - inexistente contra si ou seus dirigentes qualificados no inciso I decisão administrativa sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente e/ou processo administrativo, em razão da prática de atos pela POSTULANTE ou por seus dirigentes que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, e/ou processo judicial ou sentença condenatória em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou importem em crime contra o meio ambiente;

VI - cumpre as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade, nacional ou estrangeiro, a que esteja sujeita, por obrigação legal ou contratual, que tenham por finalidade coibir ou prevenir práticas corruptas, despesas ilegais relacionadas à atividade política, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;

VII - possui práticas e/ou sistemas de controle interno, incluindo padrões de conduta, políticas e procedimentos de integridade, visando a garantir o fiel cumprimento da legislação nacional ou estrangeira aplicável a ela;

VIII - nem ela, ou, ainda, qualquer dos respectivos administradores, nem os empregados, mandatários ou representante legal da Postulante, praticaram qualquer ato que infrinja qualquer uma das normas mencionadas no inciso VI;

IX - não tem conhecimento de que qualquer dos respectivos administradores, praticaram qualquer ato relacionado com o projeto a ser financiado, que infrinja qualquer uma das normas mencionadas no inciso VI;

X - nem ela, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, mandatários, representante legal, ou qualquer outra pessoa que atue em seu nome ou em seu benefício está atualmente sujeito(a) a qualquer embargo administrado ou executado pelo governo brasileiro, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou por qualquer outra jurisdição aplicável a ela;

XI - não há em sua estrutura organizacional profissional designado especificamente para a função de compliance.



20

O representante legal da declarante está ciente de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)



ANEXO VIII do Edital de Chamada Pública nº 06/2017 (P1+2)

**DECLARAÇÃO SOBRE O OBJETO DO PROJETO E CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO
RELACIONADA**

A (nome da entidade), entidade de direito privado, com fins não econômicos, com sede na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, **(se for OSCIP também qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme consta do Processo MJ nº XXXXXXXXXX e do despacho do Secretário Nacional de Justiça, de data)**, neste ato representada por seu(a) representante legal, Sr(a). (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), , portador(a) da carteira de identidade RG nº xxxxxxxx, inscrito(a) no CPF.MF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, declara à ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMEIÁRIDO - AP1MC que:

- a) o projeto destinado à ampliar o acesso à água para produção de alimentos em propriedades rurais do Semiárido brasileiro, impulsionando a troca de conhecimentos entre os produtores familiares da região, possibilitando o acompanhamento técnico de estratégias produtivas a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, impulsionando a geração de excedentes comercializáveis e difundindo experiências exitosas de convivência com o Semiárido, observando as diretrizes contidas na legislação aplicável às pessoas com deficiência; e
- b) cumprirá a referida legislação durante a execução do projeto.

O representante legal da declarante está ciente de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

(cidade sede da entidade (UF), xx de xxxxxxxx de 20xx

(nome da entidade)

(nome do(a) representante legal)

(cargo)

